

Congresso tenta votar Orçamento

A quatro meses do final do ano, o Congresso Nacional tentará votar amanhã o Orçamento Geral da União de 1994, num esforço concentrado convocado pelos presidentes da Câmara e do Senado. O presidente da Câmara Inocêncio Oliveira (PFL-PE), vai propor na reunião do colégio de líderes, marcada para amanhã, um acordo para aprovar a terceira versão do Orçamento tal como foi enviada pelo Executivo. Em telegramas aos deputados, Inocêncio fez um apelo para que compareçam ao julgamento do processo de cassação do deputado Paulo Portugal (PP-RJ), adiado por três vezes por causa do baixo quórum no plenário.

Preocupados com as próprias campanhas, os parlamentares não conseguiram sequer aprovar os relatórios setoriais do Orçamento. A previsão é de que o relator do projeto, deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP), não acolha todos os relatórios e apresente seu parecer final em plenário, com algumas alterações. Uma das alternativas para que o Orçamento seja finalmente aprovado é a retirada de todas as emendas dos parlamentares. “A esta altura, a mudança do Orçamento

perdeu sua importância, mas dificilmente os parlamentares abrirão mão de suas emendas”, antecipou o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS).

Até agora, o Governo não teve pressa para ter seu Orçamento aprovado — uma vez que a Constituição permite o gasto mensal de 1/12 avos da proposta orçamentária, enquanto não é votada. Segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Raimundo Lira (PFL-PB), dessa forma o Governo tem o controle quase total de suas despesas, pois se preserva das pressões políticas para liberação de verbas.

O esforço concentrado do Congresso Nacional prevê ainda a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1995 e de medidas provisórias enviadas pelo Palácio do Planalto. A MP que implantou o Plano Real em 1º de julho, com validade até ontem, terá de ser reeditada pela terceira vez e deverá ser votada somente depois do primeiro turno das eleições. A proposta do deputado Paulo Paim (PT-RS) de aumentar o salário mínimo para R\$ 100 também não terá chances desta vez. (AE)